

## **REQUERIMENTO Nº     , DE 2014 – CDH**

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas para que sejam ouvidas autoridades públicas, lideranças sociais e intelectuais para consolidar argumentos e posições que possam embasar o relatório que a mim coube fazer para voto de parecer sobre Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha. As audiências públicas serão realizadas em blocos temáticos:

a) marco legal do tema a partir da avaliação internacional e das experiências que estão sendo desenvolvidas em vários países, com a presença do Sr. Julio Calzada, Secretário Geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguay, do Sr. Rafael Franzini Batle, representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, do Sr. Vitore André Zílio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, e da Sra. Maria Luisa Lopes da Silva, diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores;

b) marco legal do tema a partir das políticas públicas brasileiras e da legislação nacional com a presença do Sr. Leon de Souza Lobo Garcia, diretor de Articulação e Coordenação de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, do Coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, do Sr. Nivio Nascimento, Oficial de Programa em Prevenção ao Delito e Segurança Pública do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, e da Sra. Rosiska Darcy de Oliveira, co-presidente do movimento “Rio como vamos”;

c) estado da arte do debate a partir da ciência e da saúde pública, com a presença do Dr. Dráuzio Varela, médico e pesquisador, do Dr. Roberto Lent, neurocientista e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Dr. Renato Malcher Lopes, neurocientista e professor adjunto da Universidade de Brasília, do Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, coordenador do

Conselho Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, da Sra. Nara Santos, Assessora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, e da Dra. Ana Maria Costa, presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde;

d) o debate na sociedade sobre a desregulamentação com a presença do Sr. André Kiepper, Analista de Gestão em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz e primeiro signatário da Sugestão nº 8/2014, da Sr. Regina Novaes, antropóloga e ex-presidente do Conselho Nacional da Juventude, do Sr. Zuenir Ventura, jornalista e escritor, Sr. Domiciano Siqueira, presidente da Associação Brasileira de Redução de Danos, Sr. Luiz Guilherme Mendes de Paiva, diretor de Planejamento e Avaliação de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça;

e) posicionamento dos atores sociais contrários à qualquer liberação, com a presença de Dom Raymundo Damasceno Assis, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, psiquiatra Dr. Marcos Zaleski, Dra. Ana Cecilia Petta Roselli Marques, presidente da Associação Brasileira do Estudo do Alcool e outras Drogas (Abead);

f) impactos no judiciário e no sistema penal com a presença da Sr. Ayres Brito, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, do professor Joaquim Falcão, Diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, da Dra. Raquel Dodge, Subprocuradora-geral da República, e da Dra. Maria Gorete Marques de Jesus, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo;

g) impactos sobre a violência, com a presença do Sr. Rubem Cesar Fernandes, diretor executivo do movimento Viva Rio, do Sr. Gláucio Ary Dillon Soares, sociólogo e escritor, e do Sr. Sergio Adorno, professor titular da Universidade de São Paulo e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo;

h) análise geral das experiências internacionais, com a presença do ex-presidente da República o Sr. Fernando Henrique

Cardoso e o atual presidente da República Oriental do Uruguai, o Sr. José Alberto Mujica Cordano.

### JUSTIFICAÇÃO

As sugestões legislativas recebidas no Portal e-Cidadania do Senado Federal são iniciativas da sociedade com apoio de, no mínimo, 20 mil assinaturas, constituindo-se em importantes peças para a atuação parlamentar de todos os senadores. Cumpridos os critérios de admissibilidade das sugestões recebidas, cabe a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDHLP, a designação de um relator da matéria.

A sugestão recebida prevê que seja considerado legal “o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal”.

Considerando-se a relevância do tema sugerido e dos aspectos de controvérsia e polêmica que o assunto provoca em setores da sociedade, uma série de Audiências Públicas devem ser realizadas para que o relatório possa ser elaborado ouvindo a sociedade, em suas várias manifestações, e observando os aspectos científicos, médicos, jurídicos e internacionais.

Sala das Sessões, em

**CRISTOVAM BUARQUE**  
Senador PDT/DF